



Simulado Especial

# TRT CE

ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA JUDICIÁRIA - PÓS-EDITAL

# Simulado

Simulado Especial TRT-CE (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária da TRT-CE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/mvsejzVWMa2zGfZi8>

- |                |                |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 17 - A B C D E | 33 - A B C D E | 49 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 18 - A B C D E | 34 - A B C D E | 50 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 19 - A B C D E | 35 - A B C D E | 51 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 20 - A B C D E | 36 - A B C D E | 52 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 21 - A B C D E | 37 - A B C D E | 53 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 22 - A B C D E | 38 - A B C D E | 54 - A B C D E | 70 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 23 - A B C D E | 39 - A B C D E | 55 - A B C D E | 71 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 24 - A B C D E | 40 - A B C D E | 56 - A B C D E | 72 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 25 - A B C D E | 41 - A B C D E | 57 - A B C D E | 73 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 26 - A B C D E | 42 - A B C D E | 58 - A B C D E | 74 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 27 - A B C D E | 43 - A B C D E | 59 - A B C D E | 75 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 28 - A B C D E | 44 - A B C D E | 60 - A B C D E | 76 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 29 - A B C D E | 45 - A B C D E | 61 - A B C D E | 77 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 30 - A B C D E | 46 - A B C D E | 62 - A B C D E | 78 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 31 - A B C D E | 47 - A B C D E | 63 - A B C D E | 79 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 32 - A B C D E | 48 - A B C D E | 64 - A B C D E | 80 - A B C D E |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/ndqk7m>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL***Janaína Arruda*

Evidentemente, identificar a literatura com o valor literário (os grandes escritores) é, ao mesmo tempo, negar (de fato e de direito) o valor do resto dos romances, dramas e poemas e, de modo mais geral, de outros gêneros de verso e de prosa. Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão. Dizer que um texto é literário subentende sempre que um outro não é. O estreitamento institucional da literatura no século XIX ignora que, para aquele que lê, o que ele lê é sempre literatura, seja Proust ou uma fotonovela, e negligencia a complexidade dos níveis de literatura (como há níveis de língua) numa sociedade. A literatura, no sentido restrito, seria somente a literatura culta, não a literatura popular (a *Fiction* das livrarias britânicas).

Por outro lado, o próprio cânone dos grandes escritores não é estável, mas conhece entradas (e saídas): a poesia barroca, Sade, Lautréamont, os romancistas do século XVIII são bons exemplos de redescobertas que modificaram nossa definição de literatura. Segundo T. S. Eliot, que pensava como um estruturalista em seu artigo *La tradition e le talent individuel* [A tradição e o talento individual] (1919), um novo escritor altera toda a paisagem da literatura, o conjunto do sistema, suas hierarquias e suas filiações: Os monumentos existentes formam entre si uma ordem ideal que é modificada pela introdução, entre eles, da nova (da verdadeiramente nova) obra de arte. A ordem existente é completa antes da chegada da nova obra; para que a ordem subsista, depois da intervenção da novidade, o conjunto da ordem existente deve ser alterado, ainda que ligeiramente; e assim as relações, as proporções, os valores de todas as obras de arte em relação ao conjunto são reajustados.

Demônio da teoria, de Antoine Compagnon

**01.** O autor ressalta aspectos **contrastantes** no caso da literatura, tal como se observa na relação entre estas duas expressões:

- a) grandes escritores e valor dos romances
- b) julgamento de valor e atestado de exclusão
- c) Literatura culta e literatura restrita
- d) monumentos existentes e obra de arte
- e) valor da arte e conjunto de obras

**02.** Atente para as seguintes afirmações sobre o texto:

- I- Quando um texto não é literário, subentende-se que existam outros que sejam considerados literários.
- II- A Fiction das livrarias é considerada literatura popular e essa não corresponde ao padrão de literatura erudita em seu sentido stricto sensu.
- III- Os monumentos que existem formam, entre eles, uma ordem padrão que se torna indiferente à presença da verdadeiramente nova obra de arte.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

**03.** São **irrelevantes** para a definição de valor literário estes fatores:

- a) texto literário e valor estético
- b) julgamento de valor e obra de arte
- c) níveis de literatura e literatura culta
- d) o que se lê sempre é literatura e níveis de literatura
- e) o conjunto do sistema, suas hierarquias e suas filiações

**04.** Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- a) *num atestado de exclusão* (1º parágrafo) = indicativo de inferioridade
- b) *estreitamento institucional da literatura* (1º parágrafo) = afastamento do instituto literário
- c) *cânone dos grandes escritores* (2º parágrafo) = modelo de referência dos autores
- d) *pensava como um estruturalista* (2º parágrafo) = articulava como um pragmático
- e) *da intervenção da novidade* (2º parágrafo) = influência do moderno

**05.** Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal em:

- a) Evidentemente, seriam a identificação da literatura com valoração literária, simultaneamente, negação do valor dos demais romances e, de modo geral, de tantos outros gêneros.
- b) O estreitamento institucional dos textos literários no século XIX não preveem que, para quem lê, o que é lido sempre será literatura, seja Proust ou uma fotonovela, além de negligenciar a complexidade dos níveis de literatura (como há níveis de língua) numa sociedade.
- c) O texto literário, em seu sentido restrito, apenas seria a literatura culta e não aquela popular. Assim, considera-se a Fiction das livrarias britânicas uma espécie de texto popular.
- d) Toda a paisagem da literatura seriam alterada por um novo escritor; o conjunto do sistema, suas hierarquias e suas filiações.
- e) Os monumentos existente forma uma ordem ideal que se modifica pela introdução, entre eles, da nova (da verdadeiramente nova) obra de arte.

**06.** Observe a construção correta com relação à colocação do pronome:

- a) O estreitamento institucional da literatura no século XIX ignora que espera-se o negligenciamento de determinados modelos estereotipados.
- b) O autor afirma que, se um texto é literário, outro valerá-se desse mesmo critério de aceitação.
- c) Os monumentos existentes formam entre si uma ordem ideal que modifica-se pela introdução de novas obras de arte.
- d) A ordem existente é completa antes que se aproxime a nova obra.
- e) Os valores de todas as obras de arte em relação ao conjunto nem reajustam-se, nem alteram-se.

**07.** Analisando-se aspectos sintáticos de frases do texto, é correto afirmar que em

- a) *O estreitamento institucional da literatura no século XIX ignora que, para aquele que lê, o que ele lê é sempre literatura, seja Proust ou uma fotonovela, e negligencia a complexidade dos níveis de literatura/* as formas verbais sublinhadas têm um mesmo sujeito.
- b) *os romancistas do século XVIII são bons exemplos de redescobertas que modificaram nossa definição de literatura/* configura-se um caso de indeterminação do sujeito.
- c) *Os monumentos existentes formam entre si uma ordem ideal /a voz verbal é ativa, sendo uma ordem ideal o objeto indireto.*
- d) *um novo escritor altera toda a paisagem da literatura/* não há a possibilidade de transposição para outra voz verbal.
- e) *Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão /o elemento sublinhado exerce a função de adjunto adverbial de modo.*

**08.** Está adequada a correlação de regência no seguinte caso:

- a) a Identificação da literatura ao valor literário é, ao mesmo tempo, negação do valor do resto dos romances, dramas e poemas.
- b) De modo geral, a valoração de um julgamento repousa sob atestado excludente.
- c) Um escritor novo modifica o contexto literário implica em um novo conjunto do sistema.
- d) A ordem que existe é completa, mesmo que faça referência a outra obra.
- e) o conjunto da ordem existente pertence à cânones, ainda que ligeiramente negligenciados.

A diferença entre a literatura e qualquer outra atividade (porque não se pode dizer, de modo algum, ser ela a única forma de resistir à angústia da existência) é que, ao contrário das demais, que constituem respostas ou reflexos, como a ação, à necessidade de transformar o mundo, a literatura reflete a vida e reflete sobre a vida. Possui, por isso, uma vantagem sobre os demais recursos, na medida em que, por intermédio dela, torna-se possível acompanhar, ao longo do tempo, os diferentes níveis de angústia, numa confrontação que ora se acentua, ora se atenua, mas nunca desaparece na espinha dorsal de cada obra.

Ronaldo Lima Lins

**09.** Deve-se presumir, com base no texto, que

- a) A literatura limita-se a confrontar a realidade de determinada época na busca de encontrar sentidos para o texto.
- b) A literatura pode ser a representação de uma sociedade em seu aspecto histórico-social uma vez reflete, em diversas perspectivas, a depender dos autores, conflitos vividos em recortes temporais da história humana.
- c) Os conflitos que a literatura reflete acabam se dissipando na espinha dorsal de cada obra analisada, pois são formas que se modificam na compreensão da angústia.
- d) A literatura não resiste à angústia da existência, pelo contrário, ela é a reflexão profunda de uma atividade outra que resiste à passagem do tempo.
- e) Há diferentes níveis de angústia na literatura que ora se acentuam, ora se atenuam ao longo tempo, pois ela, assim como outra atividade, resiste à angústia da existência.

**10.** O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher de modo adequado a lacuna da seguinte frase:

- a) A representação que ..... (promover) quem constrói obras a partir da angústia de uma época são muitas.
- b) Não ..... (convir) aos grandes representantes de obras literárias aceitar que pode haver uma representação literária em obras populares.
- c) Por que ..... (haver) de caber a uma reflexão sobre vida os conceitos norteadores de uma obra literária?
- d) O que à literatura não ..... (poder) faltar, ainda mais nos momentos de angústia, é uma reflexão sobre a vida.
- e) Não ..... (caber) às obras literárias de grande valor, ainda que essas não sejam unânimes, menosprezar as chamadas obras populares, julgar a essas como inferiores.

**11.** Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:

- a) A tensão provocada pela literatura, pondo sempre em jogo os dois polos – o da vida e o da morte – é um dos aspectos que confere a ela a possibilidade de “educar para o Fado e para a morte”, levando o leitor, a um permanente estado de inquietação face ao destino das personagens.
- b) Se a literatura – enquanto representação mimética – está aquém da violência extrema, como se realiza no âmbito literário, o diálogo da arte com a morte? Como o objeto literário se posiciona face à efemeridade humana?
- c) Para Dostoiévski e para quase todos os artistas importantes que vieram depois dele o desespero é o único traço comum que define todo o seu esforço criativo. Embora parecesse limitador, o desespero, acabou se tornando um caminho para novas áreas, novas normas e novas maneiras de ver o mundo a partir das quais os próprios conceitos tradicionais de arte.
- d) A escrita permite que as palavras sejam recuperadas em tempos e espaços distintos daquele em que o pai-autor proferiu a fala viva. Se as marcas escritas apresentam essa dupla possibilidade – permitir, por um lado, o esquecimento e, por outro, propiciar a recuperação e a imortalidade do discurso –, é porque detêm um poder que ultrapassa a fala viva.
- e) O narrar, que sempre estivera associado à vida ganha nova feição: converte-se em iminência de morte. Matizada pela morte, a escritura revela-se *phármakon*, apontando para a eficácia e a precariedade da escrita.

**12.** Está gramaticalmente adequada a construção do seguinte período:

- a) A visão a que nos sujeitamos hoje está pautada em nossas relações, essas são cada vez mais limitadas e utilitaristas. Dessa forma, nossa perspectiva de mundo é subordinada a essas escolhas empobrecidas, uma vez que são baseadas em

ações que não nos representam integralmente, são ações mecânicas, planejadas para que obtenhamos algum benefício momentâneo.

- b) Mesmo que a tecnologia seja uma constante e que, incontestavelmente, esses avanços representa progresso para a sociedade atual e industrializada, outros valores se tornem decadentes devido às relações estarem mais pautadas na superficialidade promovida pela alta tecnologia.
- c) O plano social e plano cultural humano está segregado a relações que se tornaram esvaziadas, a um tempo cada vez mais limitado e que se configura como perda de tempo, pois aquilo que não gera lucro deve ser visto como desnecessário.
- d) A sociedade industrial ainda é nosso reflexo, mesmo que queremos nos distanciar de acontecimentos marcantes para a história da humanidade como Aushiwitz ou a bomba de Hiroshima, ainda nos encontrásemos assujeitados aos vícios morais que ocasionaram cenas tão devastadoras.
- e) Em uma época carregada de problemas, a vida cotidiana passa a ser um exercício de sobrevivência. Se vive um dia de cada vez. Raramente olha-se para trás, por medo de sucumbir à uma debilitante nostalgia; e quando se olha para frente, é para ver como se garantir contra os desastres que todos aguardam.

**13.** O pronome de tratamento adequado para o Presidente da Câmara Municipal é

- a) Vossa Senhoria
- b) Vossa Eminência
- c) Vossa Magnificência
- d) Vossa Excelência
- e) Senhor

14. Ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente deve ser dirigido um expediente para propor alguma medida denominado

- a) Aviso
- b) Ofício Circular
- c) Exposição de motivos
- d) Mensagem
- e) Memorando

15. Avalie se as seguintes afirmativas, acerca do padrão ofício, são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- ( ) O cabeçalho deve aparecer em todas as páginas do documento.
- ( ) Os documentos do padrão ofício devem apresentar a identificação do signatário
- ( ) A numeração das páginas é obrigatória a partir da segunda página da comunicação.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, F e F.
- b) F, V e F.
- c) V, F e V.
- d) V, V e F.
- e) F, V e V.

## RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

*Carlos Henrique*

16. Considere como verdadeiras as afirmativas:

- Se Jorge é francês, então Denise é espanhola.
- Denise não é espanhola ou Beatriz é brasileira.

Sabe-se que Beatriz não é brasileira.

Logo, é correto afirmar que:

- a) Denise é espanhola e Jorge é francês;
- b) Denise é espanhola ou Jorge é francês;
- c) se Beatriz não é brasileira, então Denise é espanhola;

- d) se Denise não é espanhola, então Jorge é francês;
- e) se Jorge não é francês, então Denise não é espanhola.

17. Em um certo TRT, trabalham 17 juízes, divididos em três níveis, de acordo com sua experiência: dois são do nível I, cinco do nível II e os demais do nível III. Trabalhando individualmente, os juízes dos níveis I, II e III conseguem analisar integralmente um processo em 1 hora, 2 horas e 4 horas, respectivamente. Se os 17 juízes desse tribunal trabalharem individualmente por 8 horas, então o total de processos que será analisado integralmente pelo grupo é igual a

- a) 28
- b) 34
- c) 51
- d) 56
- e) 68

18. Em uma metrópole, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; M, N e P. Os resultados mostraram que:

420 pessoas gostam da rave M.

420 pessoas gostam da rave N.

500 pessoas gostam da rave P.

40 pessoas gostam das três raves.

200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.

120 pessoas gostam das raves M e N.

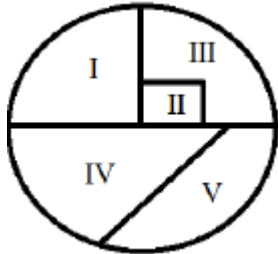
140 pessoas gostam das raves M e P

100 pessoas gostam das raves N e P.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

- a) 1500
- b) 1.140
- c) 1220
- d) 1260
- e) 1120

19. Um jogo é disputado com o mapa abaixo. O mapa possui cinco regiões, que devem ser coloridas de modo que aquelas que fazem fronteira tenham cores distintas. As cores disponíveis para colorir tal mapa são: branco, preto, roxo e rosa.



Se a região I for colorida com branco e a região V for colorida com preto, então a região II poderá ser colorida APENAS com

- a) rosa
- b) preto
- c) roxo
- d) rosa ou roxo
- e) roxo ou branco

20. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	Número de moradores
Residência 1	4
Residência 2	7
Residência 3	3
Residência 4	8
Residência 5	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

21. Em uma urna há cinco bolas, iguais na forma, porém duas são brancas e três são pretas. No escuro, Maria retirou duas bolas na urna.

A probabilidade de que Maria tenha retirado duas bolas da mesma cor é de

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 40%.
- d) 50%.
- e) 60%.

### LEI Nº 8.112/1990 E LGPD

*Antônio Daud*

22. Caso seja detectada infração grave praticada por servidor público federal, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão, a autoridade administrativa, após a devida apuração dos fatos

- a) exerce poder de polícia ao aplicar a sanção ao servidor.
- b) não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa da demissão.
- c) pode aplicar a demissão, ainda que a apuração tenha ocorrido exclusivamente por meio de sindicância.
- d) sujeita-se ao prazo prescricional de cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- e) deverá absolver o acusado, quando houver decisão judicial que inocente o servidor por insuficiência de provas quanto à sua autoria.



**23.** Assinale a alternativa que NÃO prevê corretamente hipótese de tratamento de dados pessoais (Lei 13.709/2018):

- a) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida sempre a anonimização dos dados pessoais.
- b) cumprimento de obrigação regulatória pelo controlador dos dados.
- c) fornecimento de consentimento não escrito pelo titular, demonstrando sua manifestação de vontade.
- d) proteção da incolumidade física de qualquer pessoa.
- e) para a tutela da saúde em procedimento realizado por profissional da saúde.

**25.** Sobre a composição e funcionamento das Turmas no Tribunal Regional do Trabalho, conforme o Regimento Interno, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As Turmas são compostas por três Desembargadores do Trabalho.
- b) As Turmas só podem se reunir em sessões extraordinárias.
- c) O quórum de votação será composto por quatro magistrados.
- d) As sessões ordinárias das Turmas necessitam de convocação formal de seus membros.
- e) O quórum de votação será composto por três magistrados: o relator e os dois membros que a este se seguirem na ordem decrescente de antiguidade no Tribunal.

## **NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO**

*Tiago Zanolla*

**24.** No Tribunal Regional do Trabalho, os servidores Ana, João e Carlos discutiam sobre os diferentes órgãos que compõem o Tribunal, conforme previsto no Regimento Interno.

Qual dos órgãos abaixo NÃO é listado como parte do Tribunal?

- a) O Tribunal Pleno
- b) o Conselho da Medalha Labor et Justitia
- c) A Seção de Recursos
- d) A Corregedoria Regional
- e) A Escola Judicial

**NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE***André Rocha*

**26.** Segundo a Resolução CNJ nº 400/2021, alterada pela Resolução nº 550/2024, os órgãos do Poder Judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável.

Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) Denominam-se ações de sustentabilidade os parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.
- b) A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) deve propor a revisão do plano que deve ser promovida pela unidade de sustentabilidade com o apoio das unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, no máximo, a cada dois anos.
- c) Os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS) e às ações do plano de ações devem ser avaliados pela Unidade de Sustentabilidade, pelo menos uma vez ao ano.
- d) Os órgãos do Poder Judiciário devem implementar plano de compensação ambiental até o ano 2025, a fim de monitorar, reduzir permanentemente e compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento.
- e) A unidade de sustentabilidade deve, preferencialmente, ser subordinada diretamente à Presidência, à Secretaria-Geral ou à Diretoria-Geral do órgão do Poder Judiciário, devendo ter a lotação mínima de 2 (dois) servidores(as), nos tribunais que possuam mais de 5.000 servidores do quadro de pessoal.

**NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS***Ricardo Torques*

**27.** A Constituição Federal da República Brasileira de 1988 teve uma preocupação especial em garantir a proteção dos direitos humanos. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá:

- a) Suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para o Superior Tribunal de Justiça.
- b) Suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para o Supremo Tribunal Federal.
- c) Suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, apenas na fase de processo, incidente de deslocamento de competência para o Supremo Tribunal Federal.
- d) Suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- e) Suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

**28.** Relativamente às garantias processuais e à liberdade de pensamento previstas na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) No caso exclusivo de apuração de acusação penal, toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei.
- b) Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito da defesa de inquirir as testemunhas presentes no tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos.
- c) A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia.
- d) O direito de expressão não pode ser restringido por meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões, não sendo, contudo, consideradas restrições indevidas ou abusivas as veiculadas por quaisquer controles oficiais prévios.
- e) O exercício do direito de liberdade de expressão não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei a ser necessárias para assegurar exclusivamente a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas.

**29.** As dimensões, ou gerações, de direitos humanos podem ser descritas como uma associação de determinado grupo de direitos, surgidos numa determinada época histórica, com características bem peculiares. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) A primeira dimensão dos Direitos Humanos compreende os direitos da liberdade, que são os direitos civis e políticos, decorrentes das

revoluções liberais e da transição do Estado Absolutista para o Estado de Direito.

- b) A segunda geração dos Direitos Humanos o compreende os direitos relacionados à igualdade, abrangendo os direitos sociais, direitos econômicos e os direitos culturais, em razão da evolução do Estado Liberal para o Estado Social.
- c) A terceira dimensão dos Direitos Humanos envolve os direitos de solidariedade ou fraternidade, abrangendo os direitos difusos e coletivos.
- d) Paulo Bonavides compreende que a quarta dimensão dos Direitos Humanos envolve a tutela da democracia, do direito à informação e o pluralismo político.
- e) A segunda geração de direitos humanos apresenta como marco jurídico a Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada pela Assembleia Geral da ONU.

**30.** Conforme o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, assinale a alternativa correta:

- a) Qualquer condenado à morte terá o direito de pedir indulto ou comutação da pena. A anistia, o indulto ou a comutação da pena poderão ser concedidos em todos os casos.
- b) O PIDCP determina a abolição da pena de morte.
- c) Apesar de prever diversas garantias processuais, o PIDCP não traz expressamente o princípio da presunção de inocência.
- d) A liberdade de manifestar a própria religião ou crença não está sujeita a limitações.
- e) Todo cidadão terá o direito e a possibilidade de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto obrigatório, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores.

**31.** O Decreto federal nº 4.377/2002 promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, e impõe ao Brasil o dever de impedir a discriminação contra a mulher por razões de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito a trabalhar, adotando as seguintes medidas:

- I. Proibir, sob sanções, a demissão por motivo de gravidez ou licença de maternidade e a discriminação nas demissões motivadas pelo estado civil;
- II. Implantar a licença de maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, sem perda do emprego anterior, antiguidade ou benefícios sociais.
- III. Estimular o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que os pais combinem as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho e a participação na vida pública, especialmente mediante fomento da criação e desenvolvimento de uma rede de serviços destinados ao cuidado das crianças.
- IV. Dar proteção especial às mulheres durante a gravidez nos tipos de trabalho comprovadamente prejudiciais para elas.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas II.
- b) I e II.
- c) II e IV
- d) I, II e III
- e) I, II, III e IV

**32.** O fato de os povos indígenas terem sofrido injustiças históricas como resultado, entre outras coisas, da colonização e da subtração de suas terras, territórios e recursos, o que lhes tem impedido de exercer, em especial, seu direito ao desenvolvimento, em conformidade com suas próprias necessidades e interesses, faz com que seja necessário a implementação de direitos e garantias específicas. Por essa razão, temos em

2007 a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Sobre o documento, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os povos indígenas têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
- b) Os povos indígenas não serão removidos à força de suas terras ou territórios. Nenhum traslado se realizará sem o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas interessados e sem um acordo prévio sobre uma indenização justa e equitativa e, sempre que possível, com a opção do regresso.
- c) Os povos indígenas têm o direito de possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e recursos que possuem em razão da propriedade tradicional, sendo permitida a restrição de terras adquiridas de outras formas.
- d) Não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, a menos que essas atividades sejam justificadas por um interesse público pertinente ou livremente decididas com os povos indígenas interessados, ou por estes solicitadas.
- e) Os povos indígenas têm direito a procedimentos justos e equitativos para a solução de controvérsias com os Estados ou outras partes e a uma decisão rápida sobre essas controvérsias, assim como a recursos eficazes contra toda violação de seus direitos individuais e coletivos. Essas decisões tomarão devidamente em consideração os costumes, as tradições, as normas e os sistemas jurídicos dos povos indígenas interessados e as normas internacionais de direitos humanos.

**33.** Criada pela Carta da Organização dos Estados Americanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ganhou um salto qualitativo de competências e atribuições com o Pacto de San José da Costa Rica. Sobre órgão, assinale a alternativa correta:

- a) É composta por 9 membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.
- b) Não pode fazer parte da Comissão mais de um nacional de um mesmo Estado, exceto quando for naturalizado.
- c) Para que uma petição ou comunicação seja admitida pela Comissão, será necessário que hajam sido interpostos e esgotados os recursos administrativos internos.
- d) Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-Membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado-Parte.
- e) A Comissão, ao receber uma petição ou comunicação na qual se alegue violação de qualquer dos direitos da Convenção, não poderá declarar a inadmissibilidade ou a improcedência com base em informação ou prova superveniente.

**34.** A Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), institui o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho é orientado, dentre outros, pelo princípio da laicidade do Estado.
- b) É responsabilidade das Administrações dos Tribunais Regionais zelar para que todas as Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho observem a equidade de gênero e, sempre que

possível, de raça na sua composição, inclusive nos colegiados cujos membros sejam elegíveis.

- c) É uma ação necessária à implementação do Programa a promoção de cursos de qualificação que possam equalizar oportunidades de provimento de funções gratificadas e cargos em comissão por pessoas pertencentes a grupos sub-representado.
- d) O Comitê Gestor Nacional reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa.
- e) Sempre que possível, as ações de formação e divulgação pautadas no programa devem ser estendidas a empregados das empresas terceirizadas, bem como à comunidade jurídica e acadêmica.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

*Emannuelle Gouveia*

**35.** Qual dos recursos do Word, listados abaixo, é o que permite a quebra correta de palavras, fazendo com que o espaçamento do texto fique mais uniforme e haja economia de espaço no documento:

- a) Alinhamento Justificado.
- b) Controle de Alterações
- c) Hifenização.
- d) Recuos
- e) Espaçamento.

**36.** No Excel a opção “Mesclar e centralizar” se encontra em que menu:

- a) Página Inicial
- b) Inserir
- c) Exibir
- d) Gráficos.
- e) Correspondência

37. Com o Google Meet não é possível:

- a) Realizar reuniões on-line
- b) Bloquear o microfone de participantes
- c) Utilizar o recurso de chat
- d) Editar textos em um editor próprio e integrado direta e exclusivamente à ferramenta
- e) bloquear a câmera durante uma transmissão.

38. No Windows 10, existe uma opção que permite alternar entre o uso ou não do Modo Tablet, que é o modo que habilita a navegação touch no dispositivo. Essa opção se encontra no menu:

- a) Sistema.
- b) Dispositivo.
- c) Telefone.
- d) Aplicativos.
- e) Contas.

39. Um servidor está escrevendo uma mensagem paulatinamente, pois a mesma será enviada para todo o órgão e ele quer ter bastante cuidado com o conteúdo. Esse e-mail que ainda está sendo preparado deve estar armazenado na caixa:

- a) Entrada.
- b) Saída
- c) Itens Enviados
- d) Rascunho
- e) Lixeira

40. Na URL <http://www.estrategiaconcursos.com.br>, o HTTP indica o:

- a) query.
- b) web.
- c) elemento de acesso.
- d) caminho.
- e) protocolo

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

*Adriane Fauth*

41. Levando em consideração a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a temática das ações constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) É cabível mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticado por administrador de empresa pública.
- b) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- c) O *habeas data* é via processual adequada ao atendimento de pretensão do autor de sustar a publicação de matéria em sítio eletrônico.
- d) O trânsito em julgado não impede a impetração do mandado de segurança contra decisão judicial.
- e) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.

42. Fred, Wilma, Barney e Betty pretendem integrar o Tribunal Superior do Trabalho. Fred possui trinta e quatro anos, é advogado e tem onze anos de atividade profissional; Wilma possui cinquenta e cinco anos e é Desembargadora de Tribunal Regional do Trabalho; Barney possui quarenta anos e é Juiz do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício; Betty possui trinta e oito anos e é membro do Ministério Público do Trabalho com 5 anos de efetivo exercício. Com base na situação hipotética, preenchido os demais requisitos constitucionais, pode(m) ser nomeado(s) para integrar o Tribunal Superior do Trabalho:

- a) Fred, Barney e Betty, apenas.
- b) Wilma, apenas.
- c) Barney e Wilma, apenas.
- d) Fred, Wilma e Betty, apenas.
- e) Barney, apenas.

- 43.** À luz dos dispositivos constitucionais, em relação ao Poder Judiciário, é correto afirmar que:
- a) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia política, administrativa e financeira.
  - b) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos, brasileiros natos, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
  - c) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.
  - d) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
  - e) o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- 44.** Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, EXCETO:
- a) o Presidente e o Vice-Presidente da República.
  - b) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
  - c) partido político com representação no Congresso Nacional.
  - d) o Governador de Estado ou do Distrito Federal.
  - e) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- 45.** De acordo com as disposições contidas na Constituição Federal, organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, é competência:
- a) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - b) privativa da União.
  - c) exclusiva dos Estados.
  - d) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
  - e) exclusiva da União.
- 46.** A respeito da estrutura e competência dos Poderes executivo, assinale a alternativa correta.
- a) Compete ao Presidente da República remeter mensagem e plano de governo ao Senado Federal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;
  - b) Compete ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Congresso Nacional, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;
  - c) É competência vinculada e não discricionária do Presidente permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
  - d) Compete ao Presidente da República prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a sua posse, as contas referentes ao exercício anterior;
  - e) O presidente da República e o vice não poderão ausentar-se do país, por período superior a 15 dias, sem licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo. Essa autorização deverá ser realizada através de lei.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

**47.** Acerca dos atributos ou características dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a finalidade é o atributo que representa o objetivo de interesse público a atingir com a prática do ato.
- b) a impessoalidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras previamente definidas em lei como aptas a produzir determinados resultados.
- c) a imperatividade autoriza a imposição de obrigações aos administrados, exigindo prévia manifestação dos interessados.
- d) a autoexecutoriedade autoriza a implementação direta dos atos pela administração, sem a necessidade de prévia autorização judicial.
- e) a presunção de legitimidade consiste na presunção absoluta de que os atos foram praticados com respeito à lei e ao direito.

**48.** No que diz respeito ao controle da administração pública, assinale a opção correta:

- a) compete ao Congresso Nacional, no âmbito do controle político, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- b) o Poder Judiciário é o titular exclusivo do controle externo das atividades da administração pública.
- c) o controle judicial analisa o mérito e a legalidade dos atos da administração pública.
- d) o Poder Legislativo não realiza o controle político dos atos administrativos dos demais poderes.
- e) o Tribunal de Contas é o órgão encarregado do controle financeiro da administração pública, sendo o titular o controle externo.

**49.** Conforme estabelece a Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal,

- a) pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos, desde que expressamente autorizado pela autoridade delegante.
- b) em regra, as decisões adotadas por delegação considerar-se-ão editadas pelo delegante.
- c) é permitida a avocação de competência, desde que seja de forma temporária, por motivo excepcional e relevante.
- d) é vedada, em qualquer caso, a exigência de reconhecimento de firma em processos administrativos.
- e) a decisão coordenada poderá ser adotada em procedimentos licitatórios e em processos cuja decisão envolva autoridades de poderes distintos.

**50.** Em relação aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/1992, julgue os seguintes itens.

- I. Havendo indícios de ato de improbidade, a autoridade que tiver ciência dos fatos deve imediatamente ingressar com a ação judicial.
- II. Mesmo aquele que não é agente público pode responder por improbidade administrativa, caso induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- III. O sucessor de responsável falecido, quando este último se enriqueceu ilicitamente, é responsável pelo ressarcimento integral dos danos.

Estão certos apenas os itens

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) I, II e III.



51. Em situação em que se revele necessário desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às necessidades da administração na contratação de obras, serviços e compras, será cabível, de acordo com a previsão da Lei nº 14.133/2021,

- a) credenciamento, através de procedimento de dispensa de licitação.
- b) licitação na modalidade concorrência, vedada a utilização do critério de maior desconto.
- c) pregão, facultativo nos casos em que a aquisição se referir a bens e serviços comuns.
- d) dispensa de licitação e contratação direta por registro de preços.
- e) diálogo competitivo, em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos.

52. De acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações),

- a) os contratos administrativos são regulados exclusivamente pelas cláusulas contratuais e preceitos de direito público, sem qualquer aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos.
- b) em um contrato administrativo, é dispensável a menção ao número do processo de licitação ou da contratação direta, desde que estejam presentes os nomes das partes e a finalidade do contrato.
- c) os contratos administrativos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, incluindo direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e da proposta vencedora ou do ato que autorizou a contratação direta e da respectiva proposta.
- d) a sujeição dos contratantes às normas da Lei 14.133/21 e às cláusulas contratuais é facultativa, podendo ser substituída por outras normativas caso haja acordo entre as partes.

- e) os contratos administrativos devem ser regulados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, com aplicação exclusiva dos princípios da teoria geral dos contratos.

## **DIREITO DO TRABALHO**

*Antônio Daud*

53. De acordo com o regramento celetista e entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono pecuniário serão efetuados até 5 dias antes do início do respectivo período.
- b) O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono pecuniário serão efetuados até 2 dias úteis antes do início do respectivo período.
- c) A remuneração das férias será devida em dobro no caso de o empregador desrespeitar o prazo legal para seu adiantamento.
- d) Empregado que conta com 10 faltas injustificadas durante o período aquisitivo faz jus a 18 dias corridos de férias.
- e) Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade as férias poderão ser fracionadas.

**54.** Acerca do exercício dos poderes do empregador, é INCORRETO afirmar que:

- a) O exercício do poder fiscalizatório pelo empregador encontra limites, não se admitindo a realização de revistas íntimas em empregadas.
- b) No uso do poder diretivo pode a empresa definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.
- c) A higienização do uniforme em geral é de responsabilidade do trabalhador.
- d) O empregado pode recusar injustificadamente o uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.
- e) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

**55.** O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por:

- a) até 5 dias consecutivos, em caso de falecimento de irmão.
- b) até 8 dias consecutivos, em virtude de casamento.
- c) até 2 dias, em cada 12 meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- d) até 3 dias, em cada 12 meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer.
- e) por até 3 semanas no caso de aborto.

**56.** Julgue os itens abaixo:

- I. Em contratos de trabalho por prazo determinado, o empregador que despedir o empregado sem justa causa, ficará obrigado a pagar-lhe indenização à razão da metade da remuneração a que teria direito até o fim do contrato.
- II. Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 50% do valor do aviso prévio e do décimo terceiro salário.
- III. Nas hipóteses de pedido de demissão e dispensa sem justa causa, é obrigatória a redução do horário normal de trabalho durante o aviso prévio, a qual será de 2 horas diárias ou 7 dias corridos, sem prejuízo da correspondente remuneração.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

**57.** A empregada Mariana tem jornada diária de trabalho das 10 às 14h. Juliana possui jornada das 9:30 às 15hs, de segunda a sexta-feira. Fabíola tem jornada das 8 às 17h. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, a duração dos intervalos que devem ser concedidos às empregadas Mariana, Juliana e Fabíola:

- a) sem intervalo/ 15 minutos / 1 hora.
- b) 15 minutos/ 1 hora / 1 hora.
- c) sem intervalo/ 1 hora / 2 horas.
- d) sem intervalo/ 1 hora / 1 hora.
- e) 1 hora / 2 horas / 2 horas.

**58.** Segundo prevê o artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), caracteriza hipótese ensejadora da rescisão do contrato de trabalho por justa causa:

- a) perda de requisito legal para exercício de profissão, em qualquer caso.
- b) ato de improbidade, o qual representa a conduta contrária à moral.
- c) ato de indisciplina, consistente no desrespeito a regras gerais emanadas do empregador.
- d) ofensas físicas praticadas no serviço, contra qualquer pessoa e em qualquer situação.
- e) abandono de emprego, presumido nas situações em que o trabalhador não comparece ao serviço no prazo de 15 dias.

**59.** O pagamento do salário deverá ocorrer, o mais tardar

- a) até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, no caso do empregado mensalista.
- b) até o último dia útil do mês vencido, no caso do empregado mensalista.
- c) até o primeiro dia útil do mês subsequente ao vencido, no caso do empregado mensalista.
- d) até o quinto dia do mês subsequente ao vencido, no caso do trabalhador intermitente.
- e) até o quinto dia do mês subsequente ao vencido, no caso do empregado mensalista.

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

*Bruno Klippel*

**60.** O reclamante Zeus ajuizou reclamação trabalhista formulando os pedidos de adicional de insalubridade e indenização por danos materiais. A sentença lhe foi favorável apenas em relação ao pedido de indenização por danos materiais, razão pela qual resolveu recorrer, devendo assim interpor

- a) recurso ordinário no prazo de 5 dias.
- b) agravo de instrumento no prazo de 8 dias.
- c) agravo de petição no prazo de 10 dias.
- d) recurso ordinário no prazo de 8 dias.
- e) apelação da sentença no prazo de 15 dias.

**61.** A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um rol dos recursos admitidos no Processo Judiciário do Trabalho, dentre os quais estão incluídos

- a) embargos no Tribunal Superior do Trabalho de decisão não unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- b) agravos de instrumento retidos para decisões interlocutórias que possam gerar nulidade processual.
- c) embargos infringentes para turma recursal de primeira instância nas ações que tramitam pelo rito sumário.
- d) apelações contra acórdão do Tribunal Regional onde não houve unanimidade na Turma.
- e) recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça em caso de ofensa literal à Constituição Federal.

**62.** Odin pretende mover ação trabalhista em face da sua empregadora Empresa Pública Delta S/A, por entender que o seu gerente cometeu ato ilícito que lhe feriu a honra e boa fama, postulando indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00, cumulada com pedido de pagamento de diferenças de comissões ajustadas no valor de R\$ 5.000,00. Segundo regras contidas em legislação própria quanto à competência territorial, a ação deve ser proposta na Vara

- a) do local onde foi celebrada a sua contratação.
- b) da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado.
- c) do foro de eleição previsto no contrato de trabalho firmado entre as partes.
- d) da Justiça Federal da Capital do Estado onde a ré tenha sede, por se tratar de empresa pública.
- e) do foro de celebração do contrato ou no foro de domicílio do gerente que lhe ofendeu, em razão de ser esse o principal pedido do autor.

**63.** A empresa X possui 3 empregados; a Empresa Y possui 7 empregados e a empresa Z possui 10 empregados. Em reclamação trabalhista relativa ao pagamento de horas extras laboradas, NÃO terá o ônus de provar as horas trabalhadas com a apresentação do controle de frequência

- a) a empresa Z, somente.
- b) a empresa X, somente.
- c) as empresas X e Y, somente.
- d) as empresas Y e Z, somente.
- e) as empresas X, Y e Z.

**64.** Com relação ao procedimento sumaríssimo, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) os dissídios individuais, cujo valor não exceda a 60 vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

b) o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

c) estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.

d) sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á a parte contrária em até 5 dias, a critério do juiz.

e) em nenhuma hipótese admitir-se-á a realização de prova técnica, incumbindo ao juiz, quando sua realização for necessária, converter o rito para o procedimento ordinário.

**65.** No tocante às custas processuais, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

a) o pagamento das custas, sempre que houver acordo, caberá à Reclamada, pois deu causa ao processo.

b) as custas serão, em qualquer caso, pagas pelo vencido, antes do trânsito em julgado da decisão.

c) no processo de execução são devidas custas, de responsabilidade do executado ou do exequente, conforme o caso, sendo pagas após a liquidação de sentença.

d) não sendo líquida a condenação, o juízo arbitral lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.

e) apenas nos dissídios individuais, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, sem observância de importância mínima.

**66.** Para processar e julgar uma ação reclamatória trabalhista ou um dissídio coletivo, tanto o magistrado do trabalho como o desembargador do Tribunal Regional deverão reger-se pelas normas estabelecidas

- a) na Consolidação das Leis do Trabalho e, nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com essas normas.
- b) no Código de Processo Civil e, de forma subsidiária, por normas gerais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) na Constituição Federal e no direito processual comum, diante da ausência de regras específicas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) somente no Código Processual Civil, conforme o poder de direção geral do processo determinado aos Juízos e Tribunais do Trabalho.
- e) na Consolidação das Leis do Trabalho ou na Lei de Execuções Fiscais, ou ainda, no Código Processual Civil, cabendo a escolha às partes, conforme a situação, e de acordo com a fase processual.

## **DIREITO CIVIL**

*Mário Godoy*

**67.** Com relação aos bens, assinale a alternativa correta.

- a) Os direitos pessoais de caráter patrimonial consideram-se bens imóveis para os efeitos legais.
- b) São consumíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- c) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- d) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertencas, salvo se o

contrário resultar da lei, da manifestação de vontade ou das circunstâncias do caso.

- e) Os bens públicos dominicais são inalienáveis.

**68.** Com relação à invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- b) É nulo o negócio jurídico por vício resultante de fraude contra credores.
- c) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, porém convalesce pelo decurso do tempo.
- d) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício. Só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.
- e) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de 4 anos, a contar da data da conclusão do ato.

**69.** Com relação aos vícios redibitórios, de acordo com as disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Em vez de rejeitar a coisa, redibindo o contrato, pode o adquirente reclamar sua substituição.
- b) Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com acréscimo das despesas do contrato.
- c) A responsabilidade do alienante não subsiste, se a coisa perecer em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.
- d) O adquirente decai do direito de obter a redibição no prazo de 1 mês, se a coisa for móvel, e de 1 ano, se for imóvel, contado da entrega efetiva.
- e) Se o adquirente da coisa já estava na posse do bem, o prazo para obter a redibição conta-se da alienação, reduzido à metade.

**70.** Com relação aos direitos de vizinhança, assinale a alternativa correta.

- a) O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e ao decoro dos que o habitam, provocados pela utilização da propriedade vizinha.
- b) Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram.
- c) O dono do prédio que não tenha acesso a via pública pode, independentemente de indenização, constranger o vizinho a lhe dar passagem, cujo rumo será judicialmente fixado.
- d) É defeso abrir janela ou fazer terraço ou varanda a menos de dois metros do terreno vizinho.
- e) O proprietário ou ocupante do imóvel não é obrigado a tolerar que o vizinho entre no prédio para apoderar-se de coisas suas, que aí se encontrem casualmente.

**71.** Com relação ao casamento, assinale a alternativa correta.

- a) Após o divórcio, é lícito ao ex-cônjuge casar-se com a genitora do outro.
- b) É válido o casamento dos colaterais em terceiro grau.
- c) É nulo o casamento do viúvo que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.
- d) Quando algum dos nubentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, poderá o casamento ser celebrado na presença de quatro testemunhas, que com os nubentes não tenham parentesco em linha reta, ou na colateral até o segundo grau.
- e) O casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público, com poderes especiais.

**72.** Com relação à filiação, assinale a alternativa correta.

- a) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos 180 dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.
- b) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos por inseminação heteróloga, haja ou não prévia autorização do marido.
- c) O adultério confessado da mulher ilide a presunção legal da paternidade.
- d) O filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais, desde que conjuntamente.
- e) É possível a aposição de condição ou termo no ato de reconhecimento do filho.

**73.** Com relação à aceitação e renúncia da herança, assinale a alternativa correta.

- a) A aceitação da herança, que deve ser expressa, faz-se por declaração escrita.
- b) A renúncia da herança deve constar expressamente de instrumento público ou particular.
- c) A renúncia da herança pode ser total ou parcial.
- d) A parte do herdeiro renunciante acresce aos seus descendentes.
- e) São irrevogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL***Ricardo Torques*

**74.** De acordo com o Código de Processo Civil, a Intervenção de Terceiros pode se dar dentro da seguinte hipótese

- a) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Não havendo impugnação no prazo de 10 dias, o pedido do assistente será deferido.
- b) Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em nenhuma hipótese em processo posterior, discutir a justiça da decisão.
- c) Feita a denunciação à lide pelo autor do processo, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
- d) O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, sendo vedada a sua instauração na fase de execução em razão da supressão do contraditório.
- e) O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão recorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 dias de sua intimação.

**75.** De acordo com o Código Civil, são impenhoráveis, exceto:

- a) O seguro de vida.
- b) Os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei.
- c) Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução
- d) a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 60 salários-mínimos.
- e) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família.

**76.** A citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Sobre o tema, assinale a alternativa em consonância com o Código de Processo Civil:

- a) A citação será efetivada em até 30 dias a partir da propositura da ação.
- b) Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, sem exceções.
- c) A citação válida, desde que não ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor
- d) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, não retroagirá.
- e) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.

**77.** O recurso é um instrumento processual para impugnação ou revisão de decisões judiciais. Para que seja apreciado pelo juiz, é preciso preencher alguns requisitos. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- b) A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, independente da probabilidade de provimento do recurso.
- c) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- d) A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.
- e) A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão não poderá recorrer.

**78.** No processo civil, as partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz. Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o ônus da prova ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário:

- a) Poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.
- b) Poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, sem necessidade de manifestação da parte contrária.
- c) Poderá o juiz, após requerimento das partes, atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde

que o faça por decisão fundamentada, sem necessidade de manifestação da parte contrária.

- d) Poderá o juiz, após requerimento das partes, atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.
- e) Poderá o juiz, após requerimento das partes, atribuir o ônus da prova de modo diverso, ainda que não o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

**79.** O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença. Sobre o assunto, assinale a alternativa incorreta de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.
- b) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- c) As declarações constantes do documento particular escrito e assinado ou somente assinado presumem-se verdadeiras em relação ao signatário.
- d) Considera-se autêntico o documento quando a autoria estiver identificada por qualquer outro meio legal de certificação, exceto o eletrônico.
- e) A nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, ainda que não assinada, faz prova em benefício do devedor.



**80.** O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por meio de embargos. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovado:

- a) o depósito de 30% do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 12 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês.
  - b) o depósito de 40% do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 12 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês.
  - c) o depósito de 50% do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 12 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês.
  - d) o depósito de 30% do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês.
  - e) o depósito de 50% do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês.
-

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---